



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA - COMPRAS

TERMO DE REFERÊNCIA - COMPRAS

MINUTA

1- OBJETO

O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de cartazes, panfletos e faixas de lona, por meio de Ata de Registro de Preço, vigência de 12 meses, que serão utilizados pela Justiça Eleitoral nos trabalhos realizados durante o pleito de 2024.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1 SEGUEM ABAIXO OS ITENS A SEREM CONTRATADOS:

Item nº: 01

Código do CATMAT: 358523

Descrição Completa: Cartaz “Boca de Urna”, em papel couché fosco, 150g/m², impressão cores 4/0, tamanho 46cm x 64cm, com acabamento refile simples.

Unidade: Cento

Quantidade: 400

Item nº: 02

Código do CATMAT: 358523

Descrição Completa: Cartaz “Justificativa”, em papel couché fosco, 150g/m², impressão cores 4/0, tamanho 46cm x 64cm, com acabamento refile simples.

Unidade: Cento

Quantidade: 40

Item nº: 03

Código do CATMAT: 358523

Descrição Completa: Cartaz “Passo a passo”, em papel couché fosco, 150g/m², impressão cores 4/0, tamanho 46cm x 64cm, com acabamento refile simples.

Unidade: Cento

Quantidade: 40

Item nº: 04

Código do CATMAT: 461504

Descrição Completa: Panfleto, no tamanho 10,5cm x 14 cm, em papel comum apergaminhado, 90g/m², impressão cores 4/4, com acabamento refile simples.

Unidade: Milheiro

Quantidade: 280

Item nº: 05

Código do CATMAT: 467443

Descrição Completa: Faixa informativas de lona, medindo 300cm x 70cm, impressão policromática (4.0), digital, com um varão de madeira em cada extremidade.

Unidade: Unidade

Quantidade: 200

2.2 – DA QUANTIDADE A SER SOLICITADA

2.2.1 – Os pedidos de fornecimento obedecerão à conveniência e às necessidades do TRE-ES, o qual não está obrigado a firmar as contratações advindas do registro de preços.

2.2.2 – O TRE-ES solicitará, no mínimo, por pedido, os seguintes quantitativos:

Item 01 – 10 centos

Item 02 – 15 centos

Item 03 – 15 centos

Item 04 – 20 milheiros

Item 05 – 10 unidades

2.2.3 – A quantidade ofertada deverá ser igual à quantidade máxima prevista para aquisição, conforme estipulado neste Termo de Referência.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

3.1- DA MOTIVAÇÃO: As peças gráficas (Itens 1 a 4) possuem a função de divulgar informações e orientações úteis ao eleitor, relativamente ao pleito eleitoral.

São cartazes e “colinhas” com arte produzida por empresa contratada pelo TSE e adaptada pelo TRE-ES, contendo mensagens de cunho institucional para esclarecimento do eleitor quanto a procedimentos que ele deverá adotar para votar ou justificar sua ausência à respectiva Seção Eleitoral.

De acordo com a Lei n. 9.504/97, cartazes com as informações contidas no Art. 39-A (Item 01) deverão ser fixados nas áreas externa e interna das Seções Eleitorais.

Os Itens 02 e 03 foram calculados com base no quantitativo de Locais de Votação.

O Item 04 foi calculado, tomando-se por base o eleitorado de cada Zona Eleitoral, mensurando-se o quantitativo do material para distribuição a 7% do eleitorado, com arredondamento para cima.

A aquisição das faixas de lona (Item 05) justifica-se pela necessidade de divulgação da alteração de Seções Eleitorais e Locais de Votação, principalmente em razão das agregações necessárias, para os eleitores que participarão do pleito 2024. Esse Item foi calculado com base nas informações históricas, haja vista a necessidade de vistoria, in loco, dos Locais de Votação, pelos servidores dos Cartórios Eleitorais, o que somente é viabilizado com a chegada dos veículos locados. Esse evento é programado para o mês de julho. Portanto, sem tempo hábil para a abertura de procedimento de aquisição, fulcrado na nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021).

Cabe ressaltar que os quantitativos são estimados, podendo ser revistos, por ocasião da efetiva contratação.

Desde 2014, o TSE deliberou pela descentralização orçamentária para os regionais contratarem os serviços de impressão do material de campanha institucional das Eleições. Assim, o TRE-ES deverá contratar a produção dessas peças gráficas, o que se inicia com o presente TR.

3.2- DO OBJETIVO: Orientar os eleitores acerca dos procedimentos necessários à consecução do voto, ou à justificativa, no caso de se encontrarem ausentes do município de votação, bem como orientá-los quanto ao correto Local de Votação, no caso de este haver sido alterado.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 LOCAL DE ENTREGA:

O local de entrega será na Seção de Almoxarifado e Patrimônio deste Tribunal, localizado no seu edifício-sede, no horário das 13h às 18h, de segunda à sexta-feira, sem que isso implique acréscimo no preço constante da Ata da Sessão Pública. No período de recesso, o horário de entrega do material deverá ocorrer no mesmo horário de funcionamento da Secretaria deste Tribunal. A entrega poderá ser agendada através do e-mail salmop@tre-es.jus.br ou dos telefones (27) 21218643 ou 21218634.

4.2. PRAZO DE ENTREGA:

Entregar o material no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

4.2.1 DOS PRAZOS PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA

Com relação às apresentações das amostras devem ser observados os seguintes prazos:

4.2.1.1. Para apresentação da amostra: até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Nota de Empenho;

4.2.1.2. Para análise, aprovação e devolução da amostra pela Assessoria de Comunicação Institucional: até 01 (um) dia após a apresentação da amostra;

4.2.1.3. Para adequação (se necessário) da amostra: até 03 (três) dias após a devolução da amostra pela Assessoria de Comunicação Institucional;

4.2.1.4. Para aprovação final da amostra: até 01 (um) dia após a apresentação da adequação;

4.2.1.5. Para substituição das peças entregues fora das especificações estabelecidas no presente Termo de Referência: até 3 (três) dias após comunicação do Contratante;

4.2.1.6. O prazo para apresentação das amostras inicia-se com o recebimento da Nota de Empenho. As artes gráficas para a confecção dos materiais serão enviadas em formato PDF.

4.3. RECEBIMENTO DO OBJETO:

Recebimento Provisório: No ato da entrega os materiais serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação.

Recebimento Definitivo: Para o recebimento definitivo, será avaliado se os materiais estão em conformidade com todos os requisitos definidos no Edital/Termo de Referência;

O recebimento definitivo dar-se-á em um prazo máximo de 5 dias úteis após o recebimento provisório, com o atesto do documento fiscal.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do presente Termo de Referência, que venham a ser solicitados pelo fornecedor;

Tornar disponível a arte final dos impressos em arquivos no formato PDF, em até um dia útil, após o recebimento da Nota de Empenho pelo Contratado;

Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;

Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos;

Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto.

4.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Fornecer e entregar o produto conforme as especificações contidas neste Termo de Referência;

Receber/Retirar a nota de empenho no prazo 3 dias úteis. Havendo instrumento contratual, o mesmo deverá ser assinado digitalmente no prazo de 3 dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE-ES.

Entregar o mesmo pelo preço final previsto na Ata da Sessão Pública/Proposta;

Substituir o objeto entregue em desacordo com as especificações contidas neste instrumento, no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência;

Retirar, no ato da substituição do objeto que esteja em desacordo com as especificações, ou em até 05 (cinco) dias úteis da ocorrência, mediante documento hábil a ser emitido pelo fornecedor, os materiais que porventura tenham sido substituídos, por estarem em desacordo com as especificações;

Substituir, em até 05 (cinco) dias úteis, o documento fiscal que relacione itens não aceitos por outro que contenha apenas os aprovados;

Providenciar a retirada de todo material não aceito pelo Contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados automaticamente a partir da data do término do último prazo de entrega/substituição previsto neste instrumento, sob pena de caracterização de abandono, podendo ser, então, o material incorporado ao patrimônio deste TRE-ES;

Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

Em se tratando de produto estrangeiro ou produto com tecnologia importada, deverá vir acompanhado de manual cujas especificações mínimas deverão estar traduzidas em língua portuguesa;

Assumir inteira responsabilidade pela entrega que efetuar, observando os prazos e as especificações constantes do Edital/Termo de Referência, bem como da respectiva proposta, sujeitando-se ao Código de Defesa do Consumidor quanto às condições dos materiais entregues e sua validade;

Entregar o produto com informações corretas, claras, precisas e em língua portuguesa sobre suas características, quantidade, composição e origem, em atendimento ao disposto no Código de Defesa do Consumidor, bem como, atender às Normas pertinentes (ABNT, INMETRO e outras), observando as dimensões e demais especificações solicitadas neste termo.

5. MODELO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. FIXAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO:

Devem ser respeitados os prazos de entrega previstos no subitem 4.2;

Devem atender completamente as especificações técnicas deste Termo de Referência.

5.2. INDICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS MÍNIMOS DE TESTE E INSPEÇÃO:

Não existem procedimentos mínimos de teste e inspeção. Devem ser seguidos somente os critérios do subitem 4.3, referente aos procedimentos para recebimento provisório e definitivo.

5.3. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

5.3.1. O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho (ou a recusa em aceitá-la), ou para a assinatura do contrato, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de licitar e contratar com a UNIÃO pelo período de até 3(três) anos;

5.3.2. Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o contratado que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas, nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021 e, ainda, às seguintes penalidades:

Descumprimento	Percentual de multa diária	Limite de dias	Percentual total de multa	Referência para incidência de multa
Atraso na apresentação da amostra	0,5%	5	2,5%	Total do instrumento contratual
Atraso na retificação da amostra	0,5%	5	2,5%	Total do instrumento contratual

Atraso na entrega	0,5%	10	5%	Item em atraso
Atraso na substituição	0,5%	3	1,5%	Item em atraso
Prazo excepcional de entrega ou substituição	0,5%	10	5%	Item em atraso
Inexecução total ou parcial	--	--	30%	Item em atraso
Recusa de manutenção da proposta ou descumprimento do prazo para assinatura do instrumento contratual	--	--	20%	Total da proposta
Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	--	--	0,5%	Item em atraso

5.3.3. Caracterizará a inexecução contratual:

a) inexecução total do contrato: o atraso superior a 10 dias na entrega, 3 dias na substituição ou 5 dias na apresentação ou retificação da amostra; e

b) inexecução parcial: o remanescente do contrato em caso de rescisão unilateral.

5.3.4. Excepcionalmente, após esse prazo do 5.3.3.a, e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o material poderá ser recebido, em uma única ocorrência (na entrega ou na substituição), no prazo suplementar de até 10 (dez) dias, sujeitando-se o contratado à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto, até o 10º (décimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 5% (cinco por cento).

5.3.5. A solicitação de adiamento do prazo de entrega ou de substituição, na forma do item anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

5.3.6. A aplicação das multas previstas não exige o contratado de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

5.3.7. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ao adjudicatário ou cobrados judicialmente.

5.3.8. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no CEIS.

5.3.9. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicado/contratado, na forma do estabelecido na Lei Nº 14.133/2021 e subsidiariamente na Lei Nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

5.3.10. A contagem do prazo estabelecido no subitem 5.3.3. inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto adjudicado, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pelo contratado, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do material.

5.3.11. A contagem do prazo estabelecido no subitem 5.3.4. inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido no subitem 5.3.2, alíneas “a” e “b”, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

5.3.12. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida.

II - As peculiaridades do caso concreto.

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.3.13. Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento do processo.

5.3.14. No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

5.3.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6. PAGAMENTO

6.1. PRAZO DE PAGAMENTO:

O objeto entregue pelo contratado será pago após a apresentação do respectivo documento fiscal, mediante depósito bancário em conta corrente. Não havendo nenhum fator impeditivo provocado pela contratada, a Contratante providenciará a emissão da ordem bancária até o 5º (quinto) dia útil após o atesto do documento fiscal pelo servidor ou equipe gestora responsável, obedecida a ordem cronológica prevista no Art. 141 da Lei N° 14.133/2021.

6.2. CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO:

6.2.1. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere as retenções tributárias.

6.2.2. O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser, obrigatoriamente, emitido pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento licitatório.

6.2.3. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

6.2.4. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF n° 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

6.2.5. A declaração de que trata o item anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde

que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

6.2.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da fórmula $EM = I \times N \times VP$, na qual:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ $I = 6/100/365$ $I = 0,0001643$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

7.1.1 O objeto da contratação será adjudicado à empresa que ofertar o MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM.

7.1.2 O licitante deverá oferecer proposta no quantitativo máximo do item previsto no edital e será obrigado a cumprir com os limites estabelecidos.

7.2 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

Os preços registrados, em Ata de Registro de Preço, poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

7.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada;

7.2.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

7.2.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.

7.3. MARGEM DE PREFERÊNCIA:

Não se aplica a atual contratação.

8. PREÇO ESTIMADO

ITEM	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

01	42,57	17.028,00
02	90,69	3.627,60
03	90,69	3.627,60
04	44,95	12.586,00
05	91,18	18.236,00

9. DAS VEDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

9.1 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

9.2 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação/contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.2.1 O impedimento de que trata o item 9.2 será também aplicado ao contratante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do contratante.

9.3 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.4 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação da contratação, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Informação fornecida pela SEPLAN/COF/SAO:

SITUAÇÃO	Há disponibilidade orçamentária
PROGRAMA DE TRABALHO	02.061.0033.4269.0001 – Pleitos Eleitorais
PLANO ORÇAMENTÁRIO	0000 - Pleitos Eleitorais - Despesas diversas

NATUREZA DA DESPESA	339030 – Material de consumo
SUBITEM DA DESPESA	16 - Material de expediente (itens 01 a 04) 44 – Material de sinalização visual e outros (item 05)
PLANO INTERNO	MAT AQUOUT
VALOR CONSIDERADO	R\$ 55.105,20. Conforme despacho Secom 1165859

11. DA LEI Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)

11.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

11.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

12.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio atesta estar ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas neste documento, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.



Documento assinado eletronicamente por **LANDER FONTES DE PAULA, Assessor de Gestão Estratégica**, em 11/06/2024, às 16:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1171915** e o código CRC **7A21BF5A**.